

Notícias

Bancárias



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC



ANO XXII - Nº 928

www.bancariosabc.org.br

NOVEMBRO DE 2016

TRABALHADORES SOFREM ATAQUES DOS TRÊS PODERES DA REPÚBLICA



**ESTUDANTES OCUPAM MAIS DE MIL ESCOLAS
PELO PAÍS. CADÊ A MÍDIA TRADICIONAL?**

**STF rejeita
direito à
desaposentação
e determina
desconto dos
dias parado
porgreve no
serviço público**

pág. 2

oooOooo

**Impasse nas
negociações
com Santander**

pág. 3

oooOooo

**Agências
digitais do BB**

pág. 3

oooOooo

**Coe Bradesco
cobra soluções
para problemas
oriundos da
incorporação
do HSBC**

pág. 3

Ré acelerada

A sociedade brasileira assiste, nos últimos meses, a iniciativas do Congresso Nacional e até mesmo da Justiça que colocam em xeque noções básicas da cidadania. São direitos que foram conquistados duramente em todas as áreas – educação, saúde, moradia, respeito a crianças, adolescentes e idosos, entre muitos outros – e que, sem debates ou consultas, estão indo simplesmente para o ralo.



Entre os casos mais gritantes está a chamada PEC dos gastos, que muda a Constituição, ao congelar investimentos públicos em setores essenciais. A concessão a estrangeiros para explorar os recursos do pré-sal, uma verdadeira fortuna que deixa de ser exclusividade dos brasileiros e cujo recursos também seriam destinados à saúde e educação. Na Previdência, além da ameaça de se tornar ainda mais tardia a aposentadoria, o STF impede o direito à 'desaposentação'. E esse mesmo tribunal autoriza a punição de servidores grevistas com o corte dos dias parados, antes mesmo de se tentar qualquer negociação.

A "ponte para o futuro", projeto de governo de Temer acelera. Mas em marcha-a-ré.

Belmiro Moreira - Presidente do Sindicato

STF rejeita direito à 'desaposentação'

Quem continuou trabalhando e contribuindo com a Previdência após aposentadoria não poderá requerer atualização do valor do benefício

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, no último 26 de outubro, a possibilidade de que uma pessoa aposentada, mas que continua a trabalhar, receba uma pensão maior com base nas novas contribuições que fez à Previdência após aposentadoria. É a chamada 'desaposentação'; ou seja, quando o aposentado que ainda trabalha e contribui com a Previdência pede à Justiça para renunciar à aposentadoria anterior e requer uma nova, com cálculo atualizado da idade e tempo de contribuição.

A recusa do Supremo vai atingir milhares de pessoas: mais de 180 mil processos sobre o tema tramitam atualmente na Justiça. "No Brasil, infelizmente, as condições de aposentadoria não



permitem que o trabalhador mantenha as mesmas condições de vida do que quando estava na ativa, o que faz com que muitos retornem ao mercado de trabalho ou sequer saiam do emprego no qual se aposentaram", aponta secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Genilson Ferreira.

As novas regras previstas para a Previdência podem

piorar ainda mais esse quadro, já que a intenção do governo Temer é aumentar a idade para a concessão da aposentadoria. "O governo golpista desconsidera que o emprego já se torna mais difícil para a maioria dos trabalhadores a partir dos 40 anos, e que a expectativa de vida não é igual para todas as camadas da população", conclui Genilson.

STF determina desconto em folha de servidor por dias de greve

Por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira, 27, que servidores públicos em greve deverão ter descontados em suas folhas de pagamento os dias decorrentes da paralisação. O STF, no entanto, abriu brecha para a compensação do corte em caso de acordo, além de determinar que o desconto será incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do próprio poder público.

O caso em discussão pelo plenário do STF girou em torno de um recurso apresentado pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do

Estado do Rio de Janeiro (Faetec) contra decisão do Tribunal de Justiça fluminense, que impediu a efetuação do desconto em folha de pagamento de trabalhadores que aderiram a uma greve entre março e maio de 2006.

"Para ministros do Supremo talvez seja diferente, já que eles podem, inclusive, facilitar um golpe de estado caso seu 'pedido' de aumento de mais de 70% seja negado. Mas para maioria dos trabalhadores a greve não é um passeio e mesmo que ao final do movimento, não haja descontos dos dias, uma greve nunca custa pouco ao trabalhador. É só ver

a greve dos bancários como exemplo", disse Otoni Lima, diretor do Sindicato.

Para o ministro Luis Roberto Barroso o desestímulo à greve só virá se o servidor souber, desde o início das paralisações, que "ele tem esse preço a pagar". "Quem deve bancar a decisão política do servidor de fazer greve? Eu acho que quem quer fazer a greve não pode terceirizar o ônus", comentou Barroso.

Além de Barroso, Mendes e Fux, votaram a favor do desconto nas folhas de pagamento dos servidores públicos em greve os ministros Dias Toffoli, Teori Zavascki e a presidente do STF, mi-

nistra Cármen Lúcia.

Em sentido divergente, se posicionaram os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. "O exercício de um direito não pode implicar, de início, prejuízo, e prejuízo nessa área sensível que é a área do sustento próprio do trabalhador e da respectiva família", ponderou Marco Aurélio.

Para Lewandowski, a decisão de cortar o salário não pode ser unilateral, precisando ser submetida à Justiça. "Tenho muita resistência a estabelecer condições unilaterais para o exercício de um direito constitucional", afirmou

Lewandowski.

"Apesar dessa decisão valer pra servidores, com certeza influenciará também aos patrões de empresas privadas que já enxergam no Supremo um aliado contra a legislação trabalhista", finaliza Otoni.

O julgamento do caso no STF foi iniciado em setembro de 2015, quando o ministro Dias Toffoli, relator do processo, defendeu como regra o não pagamento de salários a servidores que aderem ao movimento grevista, a menos que os dias parados fossem compensados e se estabelecesse uma negociação dos descontos entre ambas as partes.

Impasse nas negociações do aditivo com Santander

Representantes do banco ainda não têm posicionamento sobre reivindicações dos trabalhadores que cobram melhorias

Prosseguem sem avanços as negociações entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) com a direção do Santander sobre o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Na última reunião de negociação os negociadores do banco não trouxeram respostas às reivindicações dos trabalhadores, mesmo estando com a pauta desde maio. Afirmaram apenas que voltariam a analisar temas do documento. Não há data para nova rodada.

“O banco continua mostrando a falta de consideração com seus funcionários em não mostrar interesse em atender as reivindicações dos trabalhadores. Conti-

nuam colocando empecilhos para não renovar o acordo”, disse Eric Nilson, secretário geral da Fetec-SP, diretor do Sindicato e funcionário do Santander.

Os dirigentes sindicais insistiram que os funcionários têm de receber valores maiores que em anos anteriores pelo Programa Próprio de Remuneração Santander (PPRS); que o valor das bolsas de estudos tem de ser reajustado e que as metas sejam factíveis e não sofram alterações de uma hora para outra.

Outro ponto considerado relevante pela COE é que o Santander volte a considerar os filhos com idade de 21 a 24 como dependente do funcionário no plano de

saúde. De forma unilateral, o banco os enquadrou como agregados, obrigando muitos bancários a retirá-los do convênio médico devido ao alto custo financeiro.

Lucro x Demissões - Na divulgação de seu balanço, o banco Santander anunciou um lucro líquido de R\$ 5,350 bilhões no terceiro trimestre de 2016 – uma alta de 6,7% em relação ao mesmo período de 2015.

No trimestre o lucro líquido gerencial foi de R\$ 1,8 bilhão, alta de 6,5% em relação ao 2º trimestre do ano. O retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado (ROE) ficou em 12,9%, com crescimento de 0,1% em doze meses. O lucro



obtido no Brasil representou 20% do lucro global que foi de 4,606 bilhões (com queda de 22,5% em doze meses).

“É um absurdo, mesmo

com lucros nas alturas, o banco não atende as nossas reivindicações e ainda fechou 2.495 postos de trabalho”, finaliza Eric.

COE do Bradesco cobra do banco soluções para os problemas relacionados a incorporação do HSBC

Migração das contas do HSBC ao Bradesco gera caos e trabalhadores lutam pelos direitos

Em reunião realizada nesta quarta-feira (26), na sede do Bradesco, em Osasco, a Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco cobrou do banco soluções para os problemas decorrentes da incorporação do HSBC ao Bradesco. No período da manhã, dirigentes sindicais de vários estados brasileiros, bancários do HSBC, do Bradesco e de outros bancos que também sofreram incorporações se reuniram na sede da Contraf-CUT, para debater e trocar experiências sobre os problemas gerados pelo processo de aquisição feito pelo Bradesco.

Após 5 milhões de contas-correntes do banco inglês terem migrado para o Bradesco, muitos problemas estão ficando sem respostas. As principais dificuldades enfrentadas pelos funcionários que foram abordadas



na ocasião estão: a questão sobre a abertura das agências nos finais de semana; as duas horas-extras que estão sendo realizadas pelos bancários diariamente; o horário estendido das 9h às 17h; a cobrança das metas; a questão sobre os planos de saúde, tanto dos ativos, como dos aposentados; entre outras.

Segundo o coordenador da Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco e diretor do Sindicato, Gheorge Vitti, os trabalhadores estão preocupados

com a ameaça de perdas de direitos e não podem ficar sem respostas. “O trabalhador não pode ser tratado como mercadoria. Esperamos obter respostas e soluções a altura dos problemas recorrentes à incorporação. Não podemos aceitar que os direitos dos funcionários sejam cortados”, ressaltou.

Regularização - O Sindicato continua cobrando do banco o pagamento das diferenças devida à alguns funcionários oriundos do HSBC.

BB inaugura agências digitais no ABC e Sindicato questiona falta de contratações

Entidade alerta que exigência por produtividade será maior, com risco ao emprego

OBanco do Brasil inaugura nos próximos dias suas agências digitais no ABC, na cidade de Santo André. A implantação dos dois escritórios de negócio havia sido anunciada ao Sindicato em junho passado, que já questionou, à época, o remanejamento de bancários e a ausência de contratações para o novo serviço.

“Nós reivindicamos que essas novas agências têm que seguir os parâmetros da NR-17 que, entre outros itens, trata das condições de trabalho em centrais de relacionamento com os clientes como imobiliário, equipamentos, riscos ambientais etc. O Sindicato vai fiscalizar e também cobrar do banco o compromisso assumido de que não vai haver descomissionamento”, afirma o diretor sindical e funcionário do BB Natalino Fabrini.

O projeto do BB inclui um escritório para Pessoas Físicas (PF) e outro para jurídicas (PJ), com funcio-

namento estendido, das 8h às 22h (PF) e até 18h (PJ). Cada unidade de escritório de negócios contará com um gerente geral (nível 1), gerentes de relacionamento e assistentes, conforme o número de carteiras. Haverá metas específicas para os trabalhadores dos locais e o atingimento dos resultados de seus clientes impactará também a agência de relacionamento convencional (espelhamento de resultados).

O Sindicato alerta que as novas carteiras criadas terão um número maior de clientes do que as atuais carteiras convencionais. “Temos que nos preocupar com todo o novo modelo que o banco vai implantar e os impactos dessas mudanças para quem vai para novas agências e também para quem fica nas agências convencionais. É preciso lembrar que o acordo aprovado garante a implantação de mesa temática para discussão desse tema”, finaliza Natalino.

Cassi

Foi assinado em 21 de outubro, em Brasília, o “memorando de entendimentos” sobre a proposta para a Cassi elaborada em negociação entre os representantes do banco e dos funcionários e aposentados.

Previ

Os funcionários da sede da Previ no Rio de Janeiro paralisaram suas atividades na quinta 27 em protesto contra a decisão arbitrária da diretora Cecília Garcez da Dirad (Diretoria de Administração), que ordenou o retorno da funcionária Jaqueline Ferreira para o banco e com isso o seu descomissionamento, após quase 10 anos de reconhecida atuação.

Rumo a terceirização

Os legisladores estão empenhados em favorecer a terceirização por todos os meios. Projeto de Lei, que foi a sanção presidencial, prevê contratação de profissionais no ramo de beleza sem vínculos empregatícios. Foi criado a figura do salão-parceiro e profissional-parceiro que serão solidários com os impostos mas não com os lucros das empresas.

Ataque a bancos

Na última semana mais uma agência sofreu ataque com explosão. Dessa vez a agência atingida foi a do Banco do Brasil do Jardim Zaíra, em Mauá. Neste ano vários outros casos desse tipo já ocorreram na Região do ABC., como por exemplo a agência da Caixa, da Castelo Branco em São Bernardo do Campo, que também sofreu danos e até hoje está aguardando os devidos reparos penalizando os bancários que continuam trabalhando na agência.

Veja detalhes dessas notas no site do Sindicato www.bancariosabc.org.br

Aprovação da PEC 241 é uma afronta a cidadania

Além de não resolver questões econômicas do País, medida ainda prejudicará setores essenciais como Saúde e Educação

Com a desculpa de colocar ordem nas contas públicas a PEC 241 foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados no último dia 25 em segundo turno, com 359 votos favoráveis, 116 contrários e duas abstenções. Essa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 estivesse em vigor desde 2002. Segundo o estudo, o governo federal teria investido 47% menos em educação do que investe atualmente, totalizando 377 bilhões de reais. Na saúde teríamos menos 26%, quase R\$ 300 bilhões a menos.

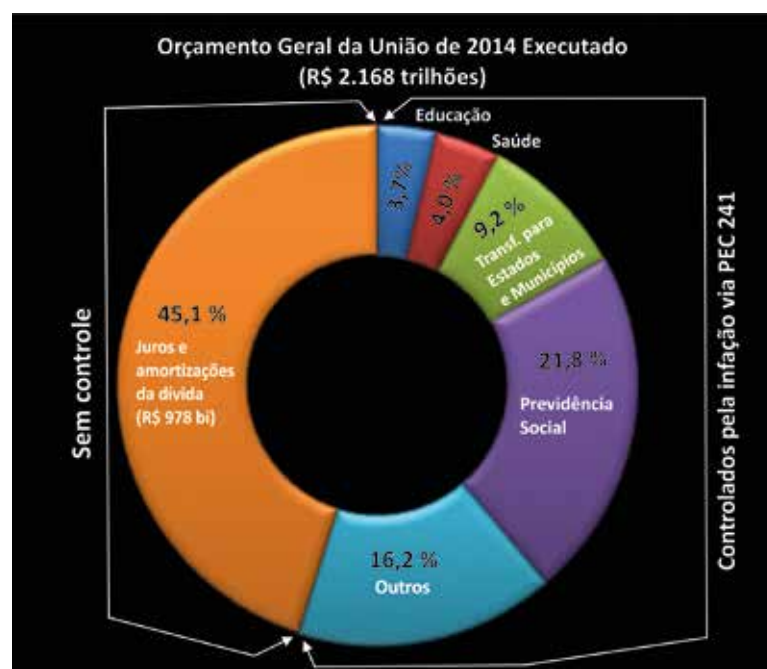
“Essa medida, criada pelo governo Temer, na verdade acabará por transferir renda da população para o sistema financeiro e outros setores privados. Ao mesmo tempo em que a PEC abala educação e saúde públicas, caminha a passos largos a reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima para se aposentar. Nem mesmo o limite mínimo de gastos previsto pela Constituição Federal para esses setores precisará mais ser respeitado”, disse Belmiro Moreira, presidente do Sindicato.

O Dieese fez uma simu-

lação de como seriam os investimentos feitos pelo governo federal na saúde e educação, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 estivesse em vigor desde 2002. Segundo o estudo, o governo federal teria investido 47% menos em educação do que investe atualmente, totalizando 377 bilhões de reais. Na saúde teríamos menos 26%, quase R\$ 300 bilhões a menos.

“A maior despesa do orçamento público é com a dívida. São os juros e a amortização da dívida, que beneficiam apenas o pequeno número de pessoas que são os detentores da dívida pública e, nessa dívida a PEC 241 não terá controle, ou seja, só serão controlados os gastos que beneficiam a população”, explica Belmiro. Veja no quadro ao lado os valores do orçamento da união de 2014 e compare o que seria controlado e o que não seria controlado.

A PEC 241 também vai



atingir o funcionalismo público e quem depende do reajuste do salário mínimo, como aposentados e pensionistas. Os salários poderão ser congelados pois limita a concessão de benefícios que estão no plano de carreira de conjunto do funcionalismo.

“Os trabalhadores brasileiros não podem permitir que esse governo ilegítimo acabe com nossos direitos. É preciso lutar contra todo

retrocesso e contra todos as consequências desastrosas dessa PEC para a sociedade. Por isso, vamos realizar manifestações e atividades por todo o Brasil e, no próximo dia 11 de novembro, será o Dia Nacional de Greve e Paralisações, organizado pela CUT em conjunto com as demais centrais sindicais e diversas entidades dos movimentos sociais”, finaliza Belmiro.

Estudantes ocupam mais de mil escolas pelo País, mas mídia tradicional ignora

Eles protestam contra as reformas no ensino proposta pelo governo golpista e a PEC que congela investimentos públicos em vários setores, entre eles a educação

Os estudantes ocupavam no último dia 24 mais de mil escolas pelo País, e novas ocupações vêm acontecendo a cada dia, segundo dados da UNE que podem ser atualizados no facebook da entidade (<https://www.facebook.com/uneoficial>). No entanto, são raras as notícias sobre essas ocupações na grande mídia, que parece ignorar a coragem dos jovens manifestantes. Eles protestam contra as reformas no ensino médio proposta pelo governo golpista de Michel

Temer e contra a PEC do Teto, uma emenda constitucional que pode congelar por duas décadas os investimentos públicos em educação, saúde, previdência e assistência social

“Os estudantes estão mostrando ao País sua determinação em buscar um ensino público de qualidade, como também reivindicam os movimentos sindicais cutistas e muitas outras organizações sociais”, afirma o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira, destacando que é preciso apoiar

as ocupações e unir a sociedade em defesa da educação e outros serviços públicos, que correm grande risco de privatização e cortes.

Na semana passada as ocupações atingiam cerca de 1022 escolas, com 85 universidades e 102 institutos federais, a maioria no Paraná. Protestos nas ruas promovidos por estudantes também ocorreram em várias regiões do País, inclusive no Grande ABC. E casos de violência policial já foram registrados durante as ocupações,

como o ocorrido no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, na cidade de Miracema do Tocantins (TO), no último dia 27, quando 26 alunos, sendo 11 menores de idade, foram retirados da escola pela PM e levados algemados em um ônibus para a delegacia.

Confirma no link www.youtube.com/watch?v=7TcGG9XwrHc o vídeo com o depoimento corajoso e eloquente da secundarista Ana Julia na Assembleia Legislativa do Paraná.



Presidente: Belmiro Moreira - Diretor de Imprensa: Otoni Pedro de Lima

Jornalistas Responsáveis: Irivaldo T. Cristofali (MTb 57.406) e Maria Angélica Ferrasoli (MTb 17.299)

Sede: Rua Cel. Francisco Amaro, 87 - Centro - Santo André - SP - CEP 09020-250 - Fone: (11) 4993-8299 - Fax: (11) 4993-8290

Impressão: NSA - Tiragem: 7.000 exemplares - Site: www.bancariosabc.org.br - E-mail: imprensa@bancariosabc.org.br